



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 02/2015-SEPLAG, NOS
TERMOS DO PADRÃO N.º 03/2002.
PROCESSO Nº 410.000.394/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TANTUM GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, com sede na Alameda Rio Negro, 1030 – 2º Andar, Alphaville - Barueri/SP, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.935.384/0001-98, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **CRISTINA MARIA DE SANTIS MORINI**, Brasileira, Casada, portadora da Carteira de Identidade n.º 21.575.143-7, expedida pela SSP/SP e do CPF n.º 162.591.428-89, residente e domiciliada em São Paulo - Capital, na qualidade de Procuradora da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico fls. 04/12, da Proposta fls. 34/48, e do art. 25, inciso II c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços para capacitação em Gestão Estratégica do corpo técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, dos Secretários de Estado do Governo do Distrito Federal, dos dirigentes das empresas e órgãos vinculados e dos Assessores de Gestão Estratégica dessas unidades, em métodos, ferramentas e técnicas que permitam a construção de estratégia, segundo a metodologia do Balanced Scorecard – BSC, criado pelos professores Kaplan e Norton da Harvard Business School, com o objetivo de subsidiar a elaboração dos elementos da estratégia do GDF para o período de 2016-2019, de acordo com as condições e especificações constantes do Projeto Básico de fls. 04/12, da Proposta de fls. 34/48, do *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total do Contrato é de **R\$ 1.080.000,00 (Um milhão e oitenta mil reais)**, procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 32.101;
- II – Programa de Trabalho: 04.128.6003.4088.0054;
- III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39
- IV – Fonte de Recursos: 100



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

6.2 O empenho inicial é de **R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)**, conforme Nota de Empenho nº, 2015NE00252 emitida em 24/06/2015, na modalidade global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1. Em contraprestação aos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto na CLÁUSULA QUINTA deste Contrato. O pagamento será efetuado ao término de cada etapa do programa de capacitação, correspondente ao quantitativo da carga horária a ela correspondente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, liquidada em até 15 (quinze) dias, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação do pagamento;

7.2. As etapas constantes no programa de capacitação são:

I. Traduzir a estratégia

- a. Indicadores e metas para o mapa estratégico – Capacitação em identificação de indicadores para mensurar o alcance os objetivos estratégicos e em processos de definição de metas. Realização dos exercícios práticos: Verificação da aderência dos indicadores aos objetivos estratégicos; Seleção de indicadores da lista elaborada com benchmarks e levantamento de proposta de metas de longo prazo para os indicadores estratégicos e plano de ação para operacionalização de indicadores e definição de metas;
- b. Iniciativas e projetos / programas estratégicos – Capacitação em construção da carteira de iniciativas estratégicas e processo de priorização da carteira. Realização dos exercícios práticos: Correlação das iniciativas existentes com os objetivos estratégicos; Levantamento de proposta de novas iniciativas; Definição de critérios de priorização das iniciativas e levantamento de informações acerca dos critérios e escopo das iniciativas; Dinâmica de priorização da carteira de iniciativas;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- c. Detalhamento de ações dos projetos estratégicos – Capacitação em detalhamento de iniciativas/projetos estratégicos. Realização dos exercícios práticos: Elaboração de TAP, EAP e cronograma das ações/subprojetos selecionados.
- II. Desdobrar a estratégia por meio de painéis de contribuição – Capacitação em desdobramento da estratégia. Realização dos exercícios práticos: Explicitação da contribuição para o alcance dos objetivos definidos no Mapa Estratégico do GDF; Indicadores para mensurar a contribuição e indicadores de desempenho (operacionais); Metas 2016 a 2019 (definir para novos indicadores plano de ação para operacionalização dos indicadores e metas); Programas/projetos/ações.
- III. Elaborar o modelo de gestão da estratégia – Capacitação em acompanhamento e gestão da estratégia. Realização dos exercícios práticos: Levantamento de insumos para o modelo de gestão da estratégia: fórum adequado, modelo de reunião, modelo de relatório, fluxo de informações etc.; Alinhamento do fórum de gestão da estratégia com os demais fóruns/reuniões já existentes, deixando claro papéis e responsabilidades; Desenho do modelo de acompanhamento e gestão da estratégia.
- IV. Elaborar relatórios de gestão para as Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAE
- a. Acompanhamento de resultados do ano: Capacitação nos processos de geração dos relatórios estratégicos, análise crítica e realização das reuniões de acompanhamento. Capacitação na condução das reuniões e no desenvolvimento de comunicação pós reunião. Realização de exercício prático: elaboração de relatórios de metas e reuniões de acompanhamento de metas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- b. Acompanhamento de resultados do mapa estratégico 2016-2019: Capacitação nos processos de geração dos relatórios estratégicos, análise crítica e realização das reuniões de acompanhamento. Capacitação na condução da RAE e no desenvolvimento e comunicação da ata da RAE. Realização de exercício prático: elaboração do relatório de gestão da estratégia e preparação da apresentação para a primeira RAE;
- V. Elaborar plano de comunicação da estratégia – Capacitação em elaboração de plano de comunicação da estratégia que contemple ações de divulgação de indicadores e metas definidas; Levantamento de insumos para o plano de comunicação da estratégia: modelo de relatório, fluxo de informações; Desenho do plano de comunicação da estratégia.

7.3. Os SERVIÇOS objeto deste CONTRATO terão o seguinte cronograma de execução e valores:

Junho – Total: R\$ 60.433,22

Fase 1: Tradução da Estratégia

Parte 1. Indicadores e Metas para o mapa estratégico

Etapa 1. Workshop 1. Metas 2015 R\$ 60.433,22

Julho – Total: R\$ 341.016,06

Fase 1: Tradução da Estratégia

Parte 1. Indicadores e Metas para o mapa estratégico

Etapa 2. Workshops 2 e 3. Lista de indicadores estratégicos 2016-2019 R\$

120.866,44

Parte 2. Projetos/Iniciativas Estratégicas – Carteira de Programas Estratégicos

Etapa 1. Workshops 5 e 6. Carteira de iniciativas estratégicas R\$ 163.754,60

Fase 3: Modelo de Gestão da Estratégia e Comunicação da Estratégia

Etapa 1. Workshop 19. Desenho do modelo de acompanhamento e gestão da estratégia R\$ 10.722,00





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapas 1. Workshop 21. Acompanhamento mês de junho R\$ 22.836,51

Etapas 2. Workshop 22. Acompanhamento mês de julho R\$ 22.836,51

Agosto – Total: R\$ 187.565,77

Fase 1: Tradução da Estratégia

Parte 3. Detalhamento de Ações dos Projetos Estratégicos

Etapas 1. Workshops 7 e 8. Primeira onda de detalhamento de ações (16 ações)
R\$ 107.220,26

Fase 2: Desdobramento da Estratégia

Etapas 1. Workshop 11 e 12. Primeira onda de elaboração de painéis de
contribuição R\$ 46.787,00

Fase 3: Modelo de Gestão da Estratégia e Comunicação da Estratégia

Etapas 2. Workshop 20. Elaboração do plano de comunicação da estratégia R\$
10.722,00

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapas 3. Workshop 23. Acompanhamento mês de agosto R\$ 22.836,51

Setembro – Total: R\$ 176.843,77

Fase 1: Tradução da Estratégia

Parte 3. Detalhamento de Ações dos Projetos Estratégicos

Etapas 2. Workshops 9 e 10. Segunda onda de detalhamento de ações (16
ações)

R\$ 107.220,26

Fase 2: Desdobramento da Estratégia

Etapas 2. Workshop 13 e 14. Segunda onda de elaboração de painéis de
contribuição R\$ 46.787,00

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapa 4. Workshop 24. Acompanhamento mês de setembro R\$ 22.836,51

Outubro – Total: R\$ 69.623,51

Fase 2: Desdobramento da Estratégia

Etapa 3. Workshop 15 e 16. Terceira onda de elaboração de painéis de contribuição R\$ 46.787,00

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapa 5. Workshop 25. Acompanhamento mês de outubro R\$ 22.836,51

Novembro – Total: R\$ 130.056,73

Fase 1: Tradução da Estratégia

Parte 1. Indicadores e Metas para o mapa estratégico

Etapa 3. Workshop 4. Proposta de metas e/ou plano de ação para os indicadores estratégicos 2016-2019 R\$ 60.433,22

Fase 2: Desdobramento da Estratégia

Etapa 4. Workshop 17 e 18. Quarta onda de elaboração de painéis de contribuição R\$ 46.787,00

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapa 6. Workshop 26. Acompanhamento mês de novembro R\$ 22.836,51

Dezembro – Total: R\$ 22.836,51

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

Parte 1. Acompanhamento de resultados do ano

Etapa 7. Workshop 27. Acompanhamento mês de dezembro R\$ 22.836,51

Janeiro – Total: R\$ 91.624,43

Fase 4: Acompanhamento da Estratégia

br

9.

grr



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Parte 2. Acompanhamento de resultados do mapa estratégico

Etapa 1. Workshop 28. Acompanhamento mapa estratégico R\$ 91.624,43

7.4. A carga horária total dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO será de 2.216 (duas mil duzentas e dezesseis) horas, totalizando 8 (oito) meses de trabalho onde serão capacitados cerca de 150 (cento e cinquenta) servidores, conforme proposta da CONTRATADA, cujo valor da hora será de **R\$ 487,3646 (quatrocentos e oitenta e sete reais), já incluídas todas as despesas inerentes à prestação do serviço, dentre as quais despesas com diárias e passagens.**

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4 do Decreto nº 6.106, de 30.04.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III – Certidão de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro 2010);

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O presente contrato tem vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, prorrogável nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – Da Garantia

9.1 Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da contratada a prestação de uma das seguintes garantias:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou,

III - fiança bancária.

9.2 Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

9.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

9.4 Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;









GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Projeto Básico (fls. 04/12), a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Responsabilidade da Contratante

10.1 A SEPLAG/DF concorda em cooperar com os trabalhos realizados pela empresa a ser contratada, fornecendo todas as informações relevantes necessárias, e obriga-se ainda a:

- Designar servidor como executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade, aprovado pelo Decreto nº 32.598/2010;
- Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;
- Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o cronograma de desembolso dos serviços executados;
- Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa contratada, nos termos do contrato, e de acordo com as especificações dos serviços constantes no Projeto Básico;
- Notificar a empresa contratada sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, para a adoção de medidas de correção cabíveis.
- Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º;
- Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.
- O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO




"Havendo Irregularidades neste Instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 Constituem obrigações da Contratada:

11.1.1 A empresa a ser contratada compromete-se a realizar a capacitação em Gestão Estratégica utilizando a metodologia Balanced Scorecard - BSC baseada nas informações recebidas da SEPLAG/DF e de outras fontes fidedignas, e entregar a estruturação de indicadores e definição de metas, construção da carteira e detalhamento de projetos estratégicos, elaboração de painéis de contribuição das unidades do governo e modelo de acompanhamento e gestão da estratégia no prazo previsto no Projeto Básico; e obriga-se ainda a:

- Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrente da execução do objeto contratado;
- Indicar Preposto, aceito pela SEPLAG/DF, para representá-la na execução do objeto contratado;
- Manter fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da execução do objeto contratado;
- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Manter, durante toda a execução do contrato, o compromisso de executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos;
- Comunicar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por escrito, quando verificar quaisquer dificuldades na etapa de disponibilização de informações pelo GDF ou quaisquer outras condições que provoquem atraso ou a inviabilização do Objeto;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- Prestar todo e qualquer esclarecimento que for solicitado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

- Guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venha a tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão da execução do objeto contratado, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perda e danos a que se der causa;

- Realizar a avaliação do Curso de Capacitação da Gestão da Estratégia, com base em reflexão dialógica e participativa entre o professor/palestrante e o aluno e a avaliação da aprendizagem por meio da autoavaliação, quantitativamente por frequência (70% de presença);

- A contratada deverá ministrar o curso no dia, local e horários definidos na sua proposta, e caso haja alguma alteração, deverá ser informada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista do evento;

- Ministrar todo o conteúdo programático proposto;

- Entregar o certificado de Conclusão de Curso.

11.2 Constituem, ainda, obrigações da Contratada:

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

- Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico de fls. 04/12, da Proposta de fls. 34/48, e da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

- Constitui obrigação da contratada o disposto no Projeto Básico de fls. 04/12, da Proposta de fls. 34/48, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementar, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Projeto Básico, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Das Espécies

13.1.1 - As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:**

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar







GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.









GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Suspensão

13.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Projeto Básico, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;
e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 - Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.







GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.6.2 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

13.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

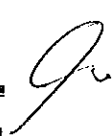
13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

rr







GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10 - Disposições Complementares

13.10.1- As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.10.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, que será reduzido a termo nos autos, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do art. 79, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 *A rescisão deste Contrato poderá ser:*

15.1.1 Por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, e ainda:

a) Não correção dos defeitos ou deficiências devidamente notificados nos serviços;

b) Descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

15.1.2 amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo nos autos do processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

15.1.3 judicial, nos termos da legislação em vigor.

15.2 A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

15.3 Além das hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

15.3.1 o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

15.3.2 o atraso injustificado no início do serviço e, ainda, a paralisação sem justa causa sem prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.3.3 o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.3.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelos representantes da CONTRATANTE, especialmente designados para acompanhar o contrato;

15.3.5 a decretação de falência, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

15.3.6 a ocorrência de caso fortuito ou força maior, de alta relevância e amplo conhecimento, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste contrato, sem prejuízo do disposto no art. 79, §2º da Lei nº 8.666/93;

15.3.7 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE e exaradas nos autos do processo administrativo a que se refere este contrato, sem prejuízo do disposto no art. 79, § 2º da Lei nº 8.666/93.

15.3.8 – a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste contrato;

15.3.8 a supressão superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor contrato, por parte da Administração, quando não decorrentes de acordo entre as partes.

15.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.5 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.6 Os atos de aplicação das penalidades previstas neste contrato serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.






GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor/Comissão, da Fiscalização, da Medição e do Recebimento

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, designará, para acompanhar e fiscalizar, representantes da Administração, denominando Comissão de Fiscalização e Execução do Contrato, especialmente designada para este fim, nos termos do Artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro no livro próprio da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, 22 de junho de 2015.

Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

CRISTINA MARIA DE SANTIS MORINI

Procuradora

Área técnica responsável:

GUSTAVO SHIMODA CUPERTINO

Subsecretário de Gestão da Estratégia

SORAIA OFUGI RODRIGUES

Subsecretária de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos

Testemunhas:

1.
Luciana C. Aguiar de Carvalho
CPF/MF: 455.109.701-20

2.
Haroldo da Silva
CPF/MF: 098.191.851-49



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"
